

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	18
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	22
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	23
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	37
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	38
10.8 - Plano de Negócios	39
10.9 - Outros fatores com influência relevante	40

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1 Descrição da política de gerenciamento dos fatores de risco adotada pelo emissor**

Os riscos a que a Companhia e suas Controladas estão sujeitas estão resumidos no itens 4.1 e 4.2.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade de contratos em vigor, a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2016	+25%	(295)	(295)
	+50%	(590)	(590)
	-25%	295	295
	-50%	590	590
31/12/2015	+25%	(614)	(614)
	+50%	(1.229)	(1.229)
	-25%	614	614
	-50%	1.229	1.229

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 – Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**

Manutenção de caixa e de linhas de créditos junto às instituições financeiras a níveis adequados ao tipo de produto e negócios da Companhia com o objetivo de minimizar riscos de liquidez.

Identificação antecipada de situações que possam exigir a contratação de operações de hedge com o objetivo de minimizar os riscos financeiros da Companhia.

a. riscos para os quais se busca proteção

Riscos cambiais

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Quando aplicável, os instrumentos financeiros a serem contratados são definidos em relação ao risco a ser coberto, situação financeira e de crédito da Companhia, cenário de mercado, além de covenants contratuais, análise de crédito e spread a ser cobrado pela instituição financeira.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Vide item “b” acima

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Contratos de hedge, quando aplicável, limitam-se à cobertura necessária. São precificados segundo as metodologias de mercado vigentes.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não opera

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O Estatuto prevê que, em caso de oferecimento de garantias reais ou oneração de bens imóveis, as operações devem ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração. Os casos omissos no estatuto serão resolvidos pela Diretoria, “ad referendum” do Conselho de Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os Controles Internos são regulados pelas Normas Administrativas, Instruções de Trabalho, Procedimentos e Manuais integrantes do Sistema de Gestão Integrada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras contábeis**

Os sistemas contábeis e de controles internos adotados pela Empresa são adequados ao tipo de atividade e volume de transações da Companhia.

Recomendações presentes no relatório do auditor, quando aplicável, são consideradas e confrontadas com os procedimentos de Controles Internos os quais são revisados quando necessário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Do ponto de vista econômico, o ano de 2016 foi influenciado negativamente pelo processo político e fiscal a que o país foi submetido, inibindo as decisões de investimentos produtivos em diversas áreas.

Apesar da relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro ocorridas no final do ano de 2016, isto não foi suficiente para a retomada dos investimentos nas áreas de Óleo & Gás e Mineração. Em função da queda da atividade econômica e questões ambientais, a falta de novos investimentos em geração de energia elétrica a partir de usinas hidrelétricas e a paralização do projeto de energia nuclear, manteve a área de equipamentos hidromecânicos e para energia nuclear também estagnada.

Em 2016 o PIB brasileiro apresentou queda pelo segundo ano seguido e confirmou a pior recessão da história do país. A retração foi -3,6% em relação ao ano anterior.

A crise foi generalizada e os três setores que entram no cálculo do PIB recuaram no ano: agropecuária -6,6%, indústria -3,8% e serviços -2,7%.

A produção da indústria nacional em 2016 foi -6,6%, o terceiro ano seguido de queda e o terceiro pior para um ano de série histórica, iniciada em 2002. Em 2015, o recuo foi -8,3% e, em 2014 de -3%, de acordo o IBGE.

O pior desempenho no ano foi a categoria Bens de Capital, cujas perdas chegaram a -11,1%, afetada por bens de capital para equipamentos de transporte e para fins industriais.

O crédito bancário continua extremamente escasso, de alto custo e altamente seletivo.

A conjunção desses fatores continuou afetando negativamente a situação financeira de nossos clientes, com postergações de pagamentos de eventos cumpridos e grandes impactos na disponibilidade de caixa da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e co

5.5 Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para o desenvolvimento de suas operações e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Espécie de Ações	Quantidade de ações	a) capital emitido (em R\$ Mil)	b) capital subscrito (em R\$ Mil)	c) capital integralizado (em R\$ Mil)	d) prazo para integralização
Ordinárias	607.192	44.325	44.325	44.325	integralizado
Preferenciais	992.808	72.474	72.474	72.474	integralizado
Total	1.600.000	116.800	116.800	116.800	integralizado

Ações detidas pelos controladores:

Nome	Total Ações	%	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
CB Holding	368.987	23,06	353.366	58,20	15.621	1,57
Claudio Bardella	1	-	1	-	-	-
Claudio Bardella Junior	8	-	-	-	8	-
Ana Tereza Bardella	1	-	1	-	-	-
Total	368.997	23,06	353.368	58,20	15.629	1,57

Não existe intenção de a Companhia efetuar resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em contas a receber de clientes, R\$ 162.998 (Controladora) e R\$ 167.835 (Consolidado) referem-se a contratos de construção de equipamentos sob encomenda e decorrentes da receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada dos produtos sob encomenda – contratos de construção, conforme demonstrado na nota explicativa n. 7 às Demonstrações Contábeis. Os demais valores referem-se a outros contratos, produtos e serviços, incluindo valores a receber referentes a vendas de aços laminados e trefilados. Os estoques de matérias primas contém insumos já destinados aos contratos de fabricação em andamento e os adiantamentos a fornecedores são referentes a subcontratações com o mesmo destino. A conta de adiantamento de clientes no passivo circulante refere-se a valores já

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

recebidos por conta de trabalhos de contratos de consumo ainda a executar. Desta forma, a capacidade de pagamento do passivo circulante está vinculada à execução dos contratos de construção e à realização dos valores em contas a receber de clientes.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizadas

Imobilizado:	Indexador	Taxa média anual de juros em 09/2016	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				30/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
BNDES - Finem	TJLP	2,34%aa + TJLP	15/02/2016	-	-	-	261
BNDES - Inovação	TJLP	4,18%aa + TJLP	15/04/2025	9.781	-	9.781	-
BNDES - Cap. Produtiva	TJLP	5,38%aa+ TJLP	15/04/2024	3.096	-	3.096	-
Brasil - Finame (**)	Fixa	6%aa	15/07/2024	507	577	507	577
Brasil (**)	CDI	125% do CDI	10/03/2020	16.808	20.651	16.808	20.651
Sub-Total				30.192	21.228	30.192	21.489
Capital de Giro:							
Financiamento Importação	USD	1,90%aa	27/02/2016 a 27/08/2016	-	1.062	-	1.062
Financiamento a Exportação (**)	Fixa	11,00%aa	15/10/2016 a 31/12/2018	32.750	34.134	32.750	34.134
Capital de Giro	Selic	5,66%aa + Selic	15/04/2021	21.432	-	21.432	-
Capital de Giro	CDI	125% do CDI	09/07/2016 a 28/03/2017	-	4.970	-	4.969
Capital de Giro	Fixa	1,85%am	09/07/2017	2.908	6.033	2.908	6.033
Capital de Giro (**)	CDI	7,17%aa + cdi	01/08/2021	48.252	-	48.252	-
Capital de Giro (*)	CDI	0,48%am + cdi	01/09/2017	27.975	-	27.975	-
Capital de Giro	Fixa	1,67%am	03/07/2017	2.003	-	2.003	-
Capital de Giro	Fixa	1,93%am	15/01/2017	862	-	862	-
Capital de Giro	CDI	146% do CDI	13/05//2016 a 26/12/2016	-	20.900	-	21.144
Finame Fabricante	Fixa	6%aa	15/08/2014 a 15/04/2015	-	67.226	-	67.226
Finame Fabricante (**)	Fixa	9,5%aa	15/07/2017	19.376	15.199	19.376	15.199
Total Capital de Giro:				155.558	149.524	155.558	149.767
Total Geral:				185.750	170.752	185.750	171.256
Parcela Circulante				85.304	119.463	85.304	119.967
Parcela não circulante				100.446	51.289	100.446	51.289
Juros Pagos				-	16.425	-	17.459

(**) - São financiamentos efetuados no Banco do Brasil e tem como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Sorocaba

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os financiamentos BNDES Inovação, BNDES Capacidade Produtiva e BNDES Capital de Giro têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Guarulhos – SP. O valor contábil é de R\$ 102.898.

(*) Capital de Giro – Dos contratos que compõem este valor, uma célula bancária de R\$ 4.000 para pagamento em 9 parcelas com a última em 01/09/17, está garantida por alienação fiduciária de dois imóveis cujo valor contábil é de R\$ 10.125, localizados em São Mateus – ES e registrados como propriedade para investimentos.

(**) São financiamentos contratados com o Banco do Brasil S.A. e tem como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Sorocaba – SP. O valor contábil é de R\$ 150.226.

A Companhia e suas controladas mantêm em seus empréstimos, financiamentos, garantias, restrições e *covenants* qualitativos e quantitativos, usuais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, os índices de *covenants* foram atendidos.

Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no exercício estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Cronograma de desembolsos - Não Circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2018	36.751	22.443	36.751	22.443
2019	24.696	21.491	24.696	21.491
2020	20.817	5.230	20.817	5.230
2021 a 2025	17.235	1.599	17.235	1.599
	99.499	50.763	99.499	50.763

Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento de clientes	76.082	111.217	83.939	130.531
Adiantamento de partes relacionadas (Nota explicativa 12)	6.236	7.770	6.236	7.770
	82.318	118.987	90.175	138.301

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida por meio do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de construção.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Caso haja deficiência de liquidez a Companhia dispõe das seguintes fontes de capital de giro, de acordo com suas características de mercado de atuação:

- a) Financiamento ao fabricante: recursos obtidos junto ao BNDES para completar o fluxo de caixa de uma encomenda durante o período de fabricação.
- b) Investimentos em ativo imobilizado: linhas de financiamento Finame para máquinas e equipamentos e linhas de financiamento Finem para os demais investimentos fixos.
- c) Capital de Giro: financiamentos em bancos comerciais, bem como BNDES.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O endividamento da Companhia com Instituições Financeiras, para financiamento de capital de giro e imobilizado representa 20,66% do ativo total na Controladora e 20,38% consolidado.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes
Ver item "d"

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras. As negociações para obtenção de recursos de longo prazo são feitas caso a caso. Nenhuma negociação futura está vinculada a nenhuma instituição financeira.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas
As garantias estão descritas no item "d".

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Para contratação de novas dívidas a Companhia sujeita-se às garantias, restrições e *convenants* usuais de mercado. A alienação, oneração e aquisição de bens imóveis sujeita-se à autorização prévia do Conselho de Administração. A distribuição de dividendos sujeita-se às disposições legais e estatutárias.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratados e seus vencimentos estão demonstrados no item 10.1 d).

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31/12/2016 e o comparativo com 31/12/2015, foram publicadas em 30 de março de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015***(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita líquida	241.147	417.527	264.736	446.432
Custos dos produtos vendidos e/ou dos serviços prestados	(229.738)	(377.266)	(260.453)	(395.178)
Lucro bruto	11.409	40.261	4.283	51.254
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(33.147)	(27.698)	(34.428)	(29.479)
Despesas gerais e administrativas	(22.425)	(19.321)	(35.044)	(32.034)
Honorários e participação da administração	(5.100)	(5.099)	(5.133)	(5.121)
Resultado da equivalência patrimonial	(10.354)	14.884	5.862	18.933
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidos	(10.873)	13.646	(11.384)	14.778
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(70.490)	16.673	(75.844)	18.331
Receitas financeiras	4.998	5.155	3.884	4.580
Despesas financeiras	(51.416)	(32.215)	(53.682)	(32.617)
Despesas financeiras líquidas	(46.418)	(27.060)	(49.798)	(28.037)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(116.908)	(10.387)	(125.642)	(9.706)
Imposto de renda e contribuição social	15.782	1.429	24.516	748
Corrente	-	-	(311)	(481)
Diferido	15.782	1.429	24.827	1.229
Prejuízo do exercício - Atribuído aos acionistas controladores	(101.126)	(8.958)	(101.126)	(8.958)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Receita operacional líquida: Do ponto de vista econômico, o ano de 2016 foi influenciado negativamente pelo processo político e fiscal a que o país foi submetido, inibindo as decisões de investimentos produtivos em diversas áreas.

Apesar da relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro ocorridas no final do ano de 2016, isto não foi suficiente para a retomada dos investimentos nas áreas de Óleo & Gás e Mineração. Em função da queda da atividade econômica e questões ambientais, a falta de novos investimentos em geração de energia elétrica a partir de usinas hidrelétricas e a paralização do projeto de energia nuclear, manteve a área de equipamentos hidromecânicos e para energia nuclear também estagnada.

Em 2016 o PIB brasileiro apresentou queda pelo segundo ano seguido e confirmou a pior recessão da história do país. A retração foi -3,6% em relação ao ano anterior.

A crise foi generalizada e os três setores que entram no cálculo do PIB recuaram no ano: agropecuária -6,6%, indústria -3,8% e serviços -2,7%.

A produção da indústria nacional em 2016 foi -6,6%, o terceiro ano seguido de queda e o terceiro pior para um ano de série histórica, iniciada em 2002. Em 2015, o recuo foi -8,3% e, em 2014 de -3%, de acordo o IBGE.

O pior desempenho no ano foi a categoria Bens de Capital, cujas perdas chegaram a

-11,1%, afetada por bens de capital para equipamentos de transporte e para fins industriais.

Devido aos fatores apresentados acima, a receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 264,7 milhões em 2016 com decréscimo de 40,7% em relação a 2015, quando registrou R\$ 446,4 milhões.

Em 2016, a receita líquida de vendas de aços laminados foi de R\$ 38,0 milhões (R\$ 50,9 milhões em 2015).

Lucro Bruto: A margem bruta consolidada de 11,5% em 2015 passou para 1,6% em 2016 e a margem operacional que era de -2,2% em 2015 passou para -47,5% em 2016.

Despesas de Vendas, Administrativas, honorários e participações: As despesas de vendas, administrativas e honorários apresentaram aumento de 16,4% na controladora e aumento de 11,9% no consolidado, principalmente devido ao aumento de provisões para devedores duvidosos.

Resultado financeiro líquido: O desempenho do resultado financeiro líquido deve-se à condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, ocorrências de atrasos de pagamentos por alguns clientes e as taxas elevadas de juros.

Em 2016 o resultado financeiro líquido aumentou em 71,5% (Controladora) e 77,6% (Consolidado) em relação a 2015.

Resultado da equivalência patrimonial: O decréscimo de 169,5% em relação a 2015 deve-se à escassez de novas encomendas, atingindo principalmente o resultado da Barefame Instalações Industriais Ltda.

Outras despesas e receitas operacionais líquidas: O resultado negativo na Controladora em 2016 deve-se principalmente aos custos de ociosidade.

Lucro/Prejuízo operacional: O prejuízo operacional da Controladora de R\$ -116.908 mil deve-se principalmente ao aumento das despesas financeiras, além dos fatores apresentados em relação ao volume de receita líquida operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro/Prejuízo Líquido: O prejuízo líquido do exercício de R\$ -101.126 mil resulta do lançamento de R\$ 24.516 mil (consolidado) referentes a créditos fiscais diferidos ativos conforme consta na nota explicativa 9-b das Demonstrações Contábeis.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016, 2015**(Em milhares de Reais)**

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.060	2.856	4.270	2.901
Contas a receber de clientes	162.998	218.340	167.835	207.805
Estoques	80.389	98.674	106.719	115.811
Imposto de renda e contribuição social	210	648	1.801	2.829
Tributos a recuperar	8.892	23.683	11.192	25.319
Despesas antecipadas	3.079	2.626	3.094	2.802
Outros créditos	84.472	95.334	31.357	47.782
Total do ativo circulante	344.100	442.161	326.268	405.249
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Mútuo com partes relacionadas	19.250	9.974	-	-
Contas a receber de clientes	-	6.075	-	6.075
Titulos e valores mobiliários	3.048	-	13.065	4.361
Tributos a recuperar	3.963	3.806	3.974	3.878
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	9.297	6.209
Outros créditos	6.008	8.191	6.954	9.367
Total do realizável não circulante	32.269	28.106	33.290	29.890

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Investimentos	144.510	136.347	102.674	93.004
Propriedades para investimento	207.043	2.439	229.932	15.024
Imobilizado	138.763	215.694	185.056	270.502
Intangível	23.912	20.736	25.618	22.486
	514.228	375.216	543.280	401.016
Total do ativo não circulante	546.497	403.322	576.570	430.906
Total do ativo	890.597	845.483	902.838	836.155

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa: As variações das disponibilidades estão demonstradas na Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto conforme publicação das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

Contas a Receber de Clientes: Esta conta inclui a conta “Efeitos a Faturar” referente aos produtos sob encomenda – Contratos de Construção e registra a receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada em relação ao custo total orçado. Ver demonstrativo sobre contratos de construção à nota explicativa 7 às Demonstrações Contábeis. O decréscimo de 25,3% na Controladora e de 19,2% no Consolidado deve-se às condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, além das ocorrências de atrasos de pagamentos por alguns clientes.

Estoques: A variação decorre do volume de operações da Companhia. A redução de –18,5% da Controladora e – 7,8% do Consolidado deve-se principalmente a redução de estoques de produtos em elaboração e acabados (Ver nota 8 às demonstrações financeiras).

Tributos a recuperar: A variação deve-se ao volume de operações da Companhia.

Outros Créditos: A redução em 31 de dezembro de 2016 deve-se principalmente a redução de adiantamentos a fornecedores nacionais e estrangeiros relativos à matérias primas e componentes importados, além da redução de créditos referentes a clientes em recuperação judicial (ver Nota 11).

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Mútuo com Partes Relacionadas: A variação refere-se às operações entre a controladora e controladas conforme nota explicativa 12 às Demonstrações Contábeis.

Contas a Receber de Clientes: A variação é decorrente de aumento das provisões para devedores duvidosos, relativas à reivindicações de contratos de longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Títulos e Valores Mobiliários: A variação decorre da variação dos valores justos de ações e outros títulos. Ver nota 10 às Demonstrações Financeiras.

Tributos a recuperar: A variação refere-se principalmente à movimentação de créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado, além da atualização monetária e juros de créditos disponíveis.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferido: Refere-se a IR/CSLL diferido líquido das Controladas Barefame Instalações Industriais Ltda. e Duraferro Indústria e Comércio Ltda., que foram mantidos no ativo por não serem compensáveis com o imposto diferido passivo (ver nota 9b).

Outros Créditos: A variação deve-se principalmente a adiantamentos a fornecedores nacionais e estrangeiros.

Imobilizado: A variação deve-se à movimentação de aquisições e depreciação dos recursos empregados na manutenção da atividade da Companhia (ver nota explicativa n. 13 às Demonstrações Contábeis), bem como de alterações na destinação de propriedades (propriedades para investimentos - ver Nota 13a).

Investimentos: A variação decorre da movimentação do patrimônio líquido das Controladas e Coligadas, cuja avaliação é feita pelo método da equivalência patrimonial, (ver nota 13b).

Propriedade para Investimentos: A variação decorre de ajuste a valor justo das propriedades para investimentos e de mudanças na destinação de propriedades (Ver nota 13a).

Intangível: A variação refere-se principalmente a aquisição de softwares utilizado nas operações da Companhia.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016, 2015 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	84.515	118.256	84.515	118.761
Fornecedores	88.311	85.586	87.679	58.344
Cessão de crédito por fornecedores	-	13.817	-	13.817
Obrigações fiscais	8.150	3.788	18.367	8.932
Imposto de renda e contribuição social	-	-	326	337
Obrigações sociais e trabalhistas	52.543	32.989	70.551	43.528
Adiantamentos de clientes	82.318	118.987	90.175	138.301
Dividendos e juros sobre o capital próprio	65	143	65	143
Outras contas a pagar	4.350	11.913	7.042	14.039
Total do passivo circulante	320.252	385.479	358.720	396.202

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Não circulante**

Mútuo com partes relacionadas	43.227	31.112	29.460	19.699
Empréstimos e financiamentos	99.499	50.763	99.499	50.763
Provisão para demandas judiciais	1.313	625	2.333	3.361
Provisão para perdas invest. empr. Controladas	26.808	20.059	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	57.602	28.250	64.916	36.926
Obrigações fiscais	20.394	3.622	26.398	3.632
Outras contas a pagar	491	482	501	481
Total do passivo não circulante	249.334	134.913	223.107	114.862

Patrimônio líquido

Capital social	116.800	116.800	116.800	116.800
Reservas de capital	110.546	103.752	100.546	103.752
Ajustes de avaliação patrimonial	195.305	102.524	195.305	102.524
Reservas de lucros	-	2.015	-	2.015
Prejuízos acumulados	(101.640)	-	(101.640)	-
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	321.011	325.091	321.011	325.091
Total do patrimônio líquido	321.0211	325.091	321.011	325.091
Total do passivo e patrimônio líquido	890.597	845.483	902.838	836.155

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos: A variação refere-se à movimentação dos prazos de pagamento entre curto e longo prazo de um ano para o outro e à necessidade de recursos de instituições financeiras devido às atuais condições contratuais de fluxo de caixa dos contratos de construção e devido à ocorrência de atrasos de pagamentos pelos clientes (vide nota 16).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores: A variação decorre do volume de operações e da dilação dos prazos em que a Companhia tem efetuado os pagamentos aos fornecedores, devido à ocorrência de atraso de pagamento dos clientes e/ou paralizações de obras.

Cessão de créditos por fornecedores: A variação decorre da conclusão dessas operações durante 2016.

Obrigações fiscais: A variação decorre do volume de operações da Companhia e de parcelamentos a pagar.

Imposto de renda e Contribuição Social: A variação é decorrente das apurações dos tributos a pagar das Controladas.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: A variação decorre do volume de operações da Companhia, das programações de férias aos colaboradores, aumento das verbas rescisórias a pagar e de parcelamentos a pagar. Em 31/12/16 o número de colaboradores era de 916 e de 1.122 em 31/12/2015 (Controladora).

Adiantamento de Clientes: A variação decorre do volume de operações e das características dos cronogramas de recebimento e da execução dos produtos sob encomenda – Contratos de Construção (Vide nota 7).

Dividendos e juros sobre o capital próprio: A variação refere-se a saldos de dividendos não reclamados.

Outras Contas a Pagar: A variação deve-se ao volume de operações da Companhia.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Mútuos com partes relacionadas: Refere-se a empréstimos de mútuos tomados com partes relacionadas não consolidadas nas demonstrações financeiras. A variação deve-se aos mesmos motivos explicados em *Empréstimos e financiamentos*.

Empréstimos e financiamentos: Ver explicação no passivo circulante.

Provisão para Demandas Judiciais: A variação refere-se à movimentação de valores provisionados decorrentes da classificação de riscos e do volume de processos ativos (ver Nota 21).

Provisão para perdas de investimentos em controladas: Refere-se às perdas com investimentos em controladas com prejuízos acumulados que superam o valor do investimento. As variações decorrem dos lucros ou prejuízos gerados por controladas nesta situação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Refere-se à provisão de IR e CSL sobre o saldo de ajuste de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado. A variação deve-se à realização por depreciação, venda ou baixa desses ativos e de provisões sobre o saldo de ajustes de ativos avaliados a valor justo, principalmente propriedades para investimentos.

Outras Contas a Pagar: A variação refere-se a pagamentos diversos efetuados em 2016.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Reservas de Capital: A variação decorre da constituição de reservas de incentivos fiscais – Controladas, relativas a subvenções governamentais. As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e Assistência Governamentais, entretanto devido às restrições legais quanto à distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reservas de Incentivos Fiscais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ajustes de Avaliação Patrimonial: Nesta conta estão registrados os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado e do valor justo relativo a títulos e valores mobiliários disponíveis para venda (ações da Cia Vale do Rio Doce), inclusive os respectivos reflexos das equivalências patrimoniais das investidas. Estão registradas também os ajustes a valor justo das propriedades para investimento em seu reconhecimento inicial ou por ocasião da alteração na sua respectiva destinação. As variações decorrem das flutuações das cotações e baixas por vendas destes títulos, das depreciações e baixas do ativo imobilizado e das variações a valor justo das propriedades para investimento.

Reservas de Lucros: A variação é decorrente da constituição de reserva legal. Na subdivisão “Retenção de Lucros” estão registradas as retenções efetuadas com base em Orçamentos de Capital e aprovados em Assembleia de Acionistas . Em função do prejuízo registrado em 2016, não houve constituição de Reserva Legal e proposta de orçamento de capital. Nesta rubrica estão registrados também as Reservas de Lucros a Realizar, decorrentes do ajuste a valor justo das propriedades para investimentos (ver Nota 14 a) e que influenciaram o resultado do exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2016 o PIB brasileiro apresentou queda pelo segundo ano seguido e confirmou a pior recessão da história do país. A retração foi -3,6% em relação ao ano anterior.

A crise foi generalizada e os três setores que entram no cálculo do PIB recuaram no ano: agropecuária -6,6%, indústria -3,8% e serviços -2,7%.

A produção da indústria nacional em 2016 foi -6,6%, o terceiro ano seguido de queda e o terceiro pior para um ano de série histórica, iniciada em 2002. Em 2015, o recuo foi -8,3% e, em 2014 de -3%, de acordo o IBGE.

O pior desempenho no ano foi a categoria Bens de Capital, cujas perdas chegaram a -11,1%, afetada por bens de capital para equipamentos de transporte e para fins industriais.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 264,7 milhões em 2016, cujo decréscimo foi -40,7% em relação a 2015, quando registrou R\$ 446,4 milhões.

Em 2016, a receita líquida de vendas de aços laminados foi de R\$ 38,0 milhões (R\$ 50,9 milhões em 2015).

A carteira de encomendas consolidada, representada pela receita líquida de contratos a executar, encerrou o ano de 2016 com R\$ 461 milhões. Em 2015 era R\$ 651 milhões. A Controladora registrou R\$ 373 milhões ao final de 2016 e R\$ 497 milhões em 2015.

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional bruta do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para indústrias em geral
- Equipamentos de processos para Óleo e Gás;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas hidrelétricas;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Peças seriadas para turbinas eólicas.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Em 31 de dezembro de 2016, o risco de crédito totaliza R\$ 110.334 mil na controladora e R\$ 88.197 mil no consolidado (R\$ 116.374 mil e R\$ 77.856 mil em 2015, respectivamente) correspondendo aos valores classificados com empréstimos e recebíveis líquido dos adiantamentos de clientes.

Em Dezembro de 2016 aproximadamente 67% dos saldos da contas a receber está concentrados em 5 clientes.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicáveis, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Os índices de alavancagem financeira (Exigível total - ET / Patrimônio líquido - PL) em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	184.014	169.019	184.014	169.524
Fornecedores	88.311	99.403	87.679	72.161
Provisão IR e CSLL	-	-	326	337
Dividendos propostos/juros sobre capital próprio	65	143	806	1.403
Adiantamento de clientes	82.318	118.987	90.175	138.301
Provisão de férias e encargos	13.024	14.441	14.608	18.060
Provisão para contingências	1.313	625	2333	3.361
Provisão IR e CSLL diferidos	57.602	28.250	64.916	36.926
Outros	142.939	89.524	136.970	70.991
Dívida líquida	569.586	520.392	581.827	511.064

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Patrimônio líquido	321.011	325.091	321.011	325.091
Patrimônio líquido e dívida líquida	890.597	845.483	902.838	836.155
Coefficiente de alavancagem	1,77	1,60	1,81	1,57

Nota: A variação significativa da provisão de IR e CSSL de 2015 para 2016, deve-se a reclassificação de contas no imobilizado para propriedades para investimento.

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os contratos para fabricação de bens sob encomenda contém cláusulas de reajuste de preços vinculadas a índices econômicos que objetivam equalizar as variações de preços dos insumos, entretanto, por imposição legal, a periodicidade de tais reajustes não pode ser inferior a um ano. Tais contratos, tanto de médio e longo prazo contém também cláusula referente ao equilíbrio econômico do contrato, com o objetivo de proteção contra variações anormais de preços dos insumos, entretanto a opção de fornecedores e o aumento da inflação ou variação da taxa de câmbio de determinados componentes dos custos podem não garantir a total recuperação dos desequilíbrios.

Ver observações sobre receita e taxa de juros nos comentários sobre a Demonstração de Resultado (item 10.1-h)

Os indexadores e taxas de juros dos financiamentos e empréstimos estão mencionados na nota explicativa 17 às Demonstrações Contábeis.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2016	+ 100	(1.282)	(1.282)
	+ 150	(1.923)	(1.923)
	- 150	1.282	1.282
	- 200	2.564	2.564
31/12/2015	+ 100	(525)	(525)
	+ 150	(789)	(789)
	-25	131	131
	- 50	263	263

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Moeda Estrangeira

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue (Controladora):

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

	Controladora		
	31/12/2016	31/12/2015	Moeda
Natureza do Saldo			
Financiamento Finimp	-	1.062	USD
Importações de materiais	428	564	EUR
Importações de materiais	753	833	USD

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	Moeda
Natureza do Saldo			
Financiamento Finimp	-	1.062	USD
Importações de materiais	428	564	EUR
Importações de materiais	753	833	USD

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2016	+25%	(295)	(295)
	+50%	(590)	(590)
	-25%	295	295
	-50%	590	590
31/12/2015	+25%	(614)	(614)
	+50%	(1.229)	(1.229)
	-25%	614	614
	-50%	1.229	1.229

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 – Práticas contábeis e parecer dos auditores

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores da
Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de contratos de construção de equipamentos a preço fixo - Controladora e Consolidado

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 23, as receitas do segmento de mecânica, por se tratarem de contratos de construção de equipamentos a preço fixo, são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é calculado comparando os custos incorridos até à data do balanço com o custo total previsto para execução do contrato. O reconhecimento de receita desses contratos requer um elevado grau de julgamento para estimar a percentagem de trabalho concluído na data do balanço e os custos necessários para completar o contrato. Devido à relevância dos custos de construção a incorrer e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação dessa estimativa, usada na determinação do cálculo do percentual de conclusão da obra que são base para o reconhecimento de receita e que pode impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave implementados pela Companhia avaliando se as informações relevantes de cada contrato foram adequadamente capturadas, processadas, aprovadas e registradas. Obtivemos a composição analítica de acompanhamento da carteira de contratos e avaliamos, em base amostral, as premissas adotadas pela Companhia para determinar se os custos necessários para completar o contrato ainda estão em linha com o orçamento inicial, quando agregado aos custos já incorridos e a análise da adequação dos custos incorridos no exercício. Inspecionamos, em base amostral, os orçamentos de custos e respectivas aprovações, o valor dos custos incorridos com a respectiva documentação suporte, avaliamos a natureza e razoabilidade das mudanças ocorridas no custo orçado e efetuamos a análise da razoabilidade do estágio de conclusão do contrato. Para os contratos concluídos no exercício, examinamos a documentação de conclusão do ativo construído e confirmamos a liquidação subsequente, se já ocorrida, da receita reconhecida. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber - Controladora e Consolidado

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6, a Companhia e suas controladas mantém um saldo significativo de contas a receber faturados e não faturados referentes a contratos de serviços e construção. Existe um risco significativo de inadimplência em função do atual cenário econômico. Os critérios e metodologias para determinação da necessidade de Provisão para redução ao valor recuperável são documentados em políticas internas e exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia, que incluem análises sobre fatores externos e condições econômicas gerais, e internos, tais como histórico de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros. Devido à relevância das contas a receber, ao alto grau de julgamento envolvido, ao nível de incerteza para a determinação da perda por redução ao valor recuperável e ao impacto que eventuais alterações nas premissas usadas em sua determinação poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e a efetividade dos controles internos chave relacionados à identificação e registro das contas a receber. Efetuamos testes para validar a lista com a idade das faturas em aberto (“aging list”). Além disso, para os contratos em aberto no encerramento do exercício, que não foram liquidados de acordo com os termos e condições estabelecidas, avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar se os montantes considerados como créditos de liquidação duvidosa eram suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. Analisamos também, em base amostral, as liquidações subsequentes das faturas e avaliamos as divulgações da Companhia e suas controladas sobre as suas políticas relacionadas ao risco de crédito e outras divulgações relacionadas.

Valor recuperável do ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (Goodwill) - Controladora e Consolidado

Conforme referido nas notas explicativas nº 14 e 15 as demonstrações financeiras incluem valores de ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (Goodwill) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparado pela Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa (UGCs) para fins de avaliação do valor recuperável

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

de tais ativos, que envolvem premissas, como a taxa de desconto, taxa de inflação, entre outras, utilizadas na determinação do valor em uso dos ativos e à complexidade do processo, bem como face a fraca demanda de novos contratos ou mesmo a paralização de projetos anteriormente contratados, os quais requerem um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a precisão da estimativa preparada pela Companhia, a determinação das UGCs e a metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor registrado de ativo imobilizado e intangível da Companhia para determinação do valor em uso. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Propriedade para investimento - Controladora e Consolidado

Conforme referido na nota explicativa nº 13, a Companhia e sua controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretagem de Seguros Ltda. possuem imóveis e outros bens classificados nas demonstrações financeiras como propriedade para investimento, as quais são mesuradas ao valor justo. O valor justo das propriedades para investimentos em 31 de dezembro 2016, foi determinado pela Companhia com base em uma avaliação independente preparada por avaliador externo que requer o uso de julgamento significativo que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em avaliação de ativos, da adequação da metodologia de avaliação adotada pelo avaliador externo, análise dos cálculos e a razoabilidade dos valores apresentados. Consideramos também a adequação e a conformidade das divulgações nas demonstrações financeiras relativas as políticas contábeis e a apuração do valor justo dessas propriedades.

Continuidade Operacional - Controladora e Consolidado

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, como consequência do cenário econômico atual, durante os exercícios de 2015 e 2016, a Companhia e suas controladas apuraram prejuízos que impactaram a geração de caixa operacional, ocasionando uma deficiência de capital de giro, principalmente em função da queda da demanda de encomendas e dos atuais níveis de contratos fechados. Com o objetivo de avaliar o uso do pressuposto de continuidade operacional quando da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia elaborou análises que consideraram eventos e condições que pudessem indicar incertezas significativas e gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuidade operacional. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação das premissas base dessa avaliação, especificamente as projeções de fluxo de caixa, e do impacto que qualquer mudança nessas premissas teria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, a avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando os resultados realizados, dados externos e condições do mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da continuidade operacional com as utilizadas nos cálculos de redução do valor recuperável, a avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia:

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base de Consolidação

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-companhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-companhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Receita operacional

Venda de bens

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

Prestação de serviços

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

Contratos de construção

A receita de contratos de construção resulta do desenvolvimento de equipamentos para alguns dos clientes da Companhia em diversos seguimentos, tais como mineração, siderurgia, óleo e gás, metalurgia, energia, entre outros. Tais equipamentos são construídos com base em contratos especificamente negociados com os clientes.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de trabalhos realizados e/ou percentagem completada (POC).

Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos incorridos que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Aluguel de propriedades para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como “outras receitas”.

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: outros passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Capital Social

Ações ordinárias

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados por meio da apuração proporcional da receita bruta de vendas e, seus respectivos recebimentos são efetuados com base em eventos físicos de fabricação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante, considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados como equivalência patrimonial.

Propriedades para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações posteriores no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. A diferença resultante entre o valor residual do ativo e valor justo é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, tais ativos não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente

Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares e são amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso.

Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia e suas controladas consideram um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida para o resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidade Geradora de Caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

Imposto de renda e contribuição social

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o prejuízo ou lucro tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

Demonstrações do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e suas distribuições durante determinado período é apresentada pela Companhia e suas controladas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras incluem dois segmentos, sendo mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

Novas normas e Interpretações ainda não efetivas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – CPC 48	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes – CPC 47	Refere-se à convergência do IASB (“ <i>International Accounting Standards Board</i> ”), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao IFRS 16 - Arrendamentos. Portanto, a adoção antecipada dessa IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

A natureza do arrendamento operacional é aluguel e o propósito é cobrir necessidades temporárias de tais recursos.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de Negócios

a) Investimentos

Orçamento de Capital

Não houve proposta de retenção de lucros para orçamento de capital relativa ao resultado do exercício de 2016.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não existe no momento planos de aprovação para aquisição de novos ativos.

c) Novos Produtos e serviços

Considerando que a Companhia atua principalmente na fabricação de equipamentos sob encomenda, não existe no momento intenção de alteração do foco de atuação.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Não temos outros comentários.